



**PODER JUDICIÁRIO
ESTADO DE PERNAMBUCO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
GABINETE DO DESEMBARGADOR ADALBERTO DE OLIVEIRA MELO**

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 333556-4 – Recife – 2ª Vara Cível.

Agravante: Gustavo Nascimento de Freitas Paes.

Agravado: Rodotur Turismo Ltda.

Relator: Des. Adalberto de Oliveira Melo.

SEGUNDA CÂMARA CÍVEL

EMENTA: AGRAVO DE INSTRUMENTO. JUSTIÇA GRATUITA. PESSOA FÍSICA. DECLARAÇÃO DE HIPOSSUFICIÊNCIA. CAPACIDADE ECONOMICA COMPROVADA. RECURSO IMPROVIDO.

Para concessão do benefício da gratuidade da justiça à pessoa física, o artigo 4º da Lei n.º 1.060/50 exige simples afirmação, na petição inicial ou contestação, de que a parte não está em condições de pagar as custas do processo e os honorários de advogado, sem prejuízo próprio ou de sua família. Contudo, como se sabe, tal regra não ostenta caráter absoluto, visto que comporta exceções, quando, diante do caso concreto, verifica-se a existência de indícios de que a parte requerente tem capacidade econômica para arcar com as custas e as despesas processuais.

DECISÃO: "À unanimidade de votos, negou-se provimento ao recurso, nos termos do voto do Relator".

DATA DO JULGAMENTO: 18 de junho de 2014.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos o presente recurso, **ACORDAM** os Excelentíssimos Desembargadores integrantes da Segunda Câmara Cível do Egrégio Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco, à unanimidade de votos, negar provimento ao recurso, tudo nos termos do voto do Relator que possa ser parte integrante deste aresto.

Recife, 2 de julho de 2014.

Adalberto de Oliveira Melo

Des. Adalberto de Oliveira Melo

RELATOR



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
GABINETE DO DESEMBARGADOR ADALBERTO DE OLIVEIRA MELO

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 333556-4 - RECIFE
AGRAVANTE: GUSTAVO NASCIMENTO DE FREITAS PAES
AGRAVADO: RODOTUR TURISMO LTDA
RELATOR: DES. ADALBERTO DE OLIVEIRA MELO
SEGUNDA CÂMARA CÍVEL

RELATÓRIO

Trata-se de agravo de instrumento interposto em face de decisão que indeferiu o pedido de gratuidade da justiça requerido por GUSTAVO NASCIMENTO DE FREITAS PAES, ora agravante.

Nas suas razões o agravante pugna pela concessão do benefício nesta sede recursal, e aduz que a decisão fustigada viola o direito constitucional de petição aos poderes públicos, para defesa de direitos; que a declaração de pobreza prestada pela parte que pede benefício da justiça gratuita tem previsão legal e goza de presunção *juris tantum* de veracidade da alegação, e que a decisão agravada contraria a jurisprudência das Cortes Superiores sobre o tema, ensejando pronta reforma.

Pedi a concessão de efeito suspensivo ativo, concedendo-lhe a gratuidade da justiça vindicada, e pelo provimento do recurso.

Através da decisão de fls. 60/62 foi indeferido o pleito liminar.

Não há contrarrazões, desde que não se formou a relação processual.

É o relatório.
Inclua-se em pauta.
Recife, 29 de maio de 2014.

Adalberto de Oliveira Melo

Adalberto de Oliveira Melo
Desembargador Relator.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
GABINETE DO DESEMBARGADOR ADALBERTO DE OLIVEIRA MELO

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 333556-4 - RECIFE
AGRAVANTE: GUSTAVO NASCIMENTO DE FREITAS PAES
AGRAVADO: RODOTUR TURISMO LTDA
RELATOR: DES. ADALBERTO DE OLIVEIRA MELO
SEGUNDA CÂMARA CÍVEL

VOTO

Reporto-me aos termos da decisão interlocutória proferida como fundamento de meu voto por entender que mesma exauriu a questão.

"A declaração de pobreza, como meio de prova do pedido de justiça gratuita, implica presunção relativa de veracidade, que pode ser afastada se o magistrado entender que há fundadas razões para crer que o requerente não se encontra no estado de miserabilidade declarado.

Na hipótese dos autos, alega o agravante que não se acha em condições de arcar com as despesas processuais em face de ter sofrido acidente de veículo e teve de se ausentar do trabalho por quatro meses, realizando diversas despesas extraordinárias. Verifico que o agravante, nesse tempo de ausência do trabalho, obteve o benefício previdenciário de auxílio doença por acidente do trabalho, em razão de seu vínculo trabalhista com a Editora Folha de Pernambuco, na qual exerce o cargo de repórter, cujo holerite juntado às fls. 25, demonstra que o mesmo recebe remuneração bruta de R\$ 3.724,44.

A jurisprudência dominante do STJ sobre o tema discutido no presente recurso é no sentido de que a declaração de pobreza feita nos autos constitui presunção *juris tantum* (relativa) de que a parte não dispõe de recursos para custear as despesas do processo sem prejuízo do próprio sustento, sendo suficiente para a concessão do benefício a simples

7. 71 M

declaração da parte nesse sentido, não havendo necessidade de prova prévia ou pré-constituída dessa condição, e de que a presunção de insuficiência de recursos pode ser elidida diante de provocação e prova robusta produzida pela parte adversa, ou pelo próprio juízo atuando de ofício.

Tenho me convencido, no entanto, que não só basta a apresentação da declaração de que a parte não possui condições financeiras para custear as despesas processuais. Essa declaração deve ser aceita em termos, pois, se a parte vem acompanhada de defensor público, só o fato do mesmo procurar o serviço gratuito de assistência jurídica posta à disposição da população carente pelo estado ou município, tal fato já seria suficiente para a concessão da gratuidade da Justiça, pois a primeira análise da falta de recursos financeiros da parte, quem faz é o próprio defensor público, e este tem fé de ofício.

Quando, porém, a parte se apresenta acompanhada de advogado particular, não somente basta a declaração de seu estado de pobreza, mas, também, a comprovação de que não tem meios de custear o processo, juntando a prova de seus rendimentos, contas de água, energia, taxa de condomínio, além de outros meios de provas capazes de se aferir a situação econômico-financeira do pretendente, pois a declaração de pobreza gera presunção *juris tantum* (relativa) e não comprova a alegação.

Pelo que se vê dos autos o agravante mora em edifício de apartamentos, no bairro da Ilha do Retiro, certamente, paga condomínio, energia elétrica, telefone e, talvez, tenha despesas com internet e TV por assinatura.

Somados esses insumos, talvez não sobeje muitos recursos para custear as despesas iniciais do processo.

Ocorre que a assistência judiciária gratuita somente deve ser concedida a pessoas declaradamente necessitadas. Pessoas que não dispõem de verba necessária ao pagamento das custas do processo sem que isso importe em prejuízo para atender as necessidades básicas da família.

A justiça gratuita é serviço posto à disposição da população carente de recursos, o que certamente, não é o caso do agravante.

Precedentes desta Corte apontam para esse entendimento:

EMENTA: CIVIL E PROCESSO CIVIL. RECURSO DE AGRAVO. JUSTIÇA GRATUITA. SERVIDORA PÚBLICA. INDEFERIMENTO. HIPOSSUFICIÊNCIA NÃO COMPROVADA.

Em que pese a parte ter afirmado não ter meios de custear as despesas do processo sem prejuízo de sua

3

12
M

subsistência, a prova apresentada demonstra que a mesma tem rendimentos mensais superiores a R\$ 5.000,00 (cinco mil reais).

Conforme disposto na lei de regência, pobre é a pessoa que para custear as despesas processuais tenha que se privar dos recursos indispensáveis à manutenção própria e da sua família, o que aparenta não ser o caso.

DECISÃO: "Por unanimidade de votos, foi negado provimento ao recurso, nos termos do voto do Relator".

DATA DO JULGAMENTO: 05 de fevereiro de 2014".

(RECURSO DE AGRAVO NO AGRAVO DE INSTRUMENTO nº 324175-0.

RELATOR: DES. ADALBERTO DE OLIVEIRA MELO. TJPE - 2ª CÂMARA CÍVEL).

Ante o exposto nego provimento ao presente agravo de instrumento.

É como voto.

Adalberto de Oliveira Melo

Adalberto de Oliveira Melo
Desembargador Relator